

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2022 | Edição: 63 | Seção: 1 | Página: 144

Órgão: Ministério da Infraestrutura/Secretaria Nacional de Trânsito

PORTARIA Nº 357, DE 31 DE MARÇO DE 2022

Revoga expressamente Portarias editadas pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, em observância ao art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe confere o inciso I do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com base no que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.031733/2021-05, resolve:

Art. 1º Esta Portaria revoga expressamente Portarias editadas pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, em observância ao art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Portarias DENATRAN:

- nº 4, de 6 de março de 1986;
- nº 7, de 24 de junho de 1986;
- nº 8, de 24 de junho de 1986;
- nº 4, de 15 de maio de 1987;
- nº 2, de 28 de março de 1988;
- nº 1, de 26 de janeiro de 1989;
- nº 3, de 4 de setembro de 1989;
- nº 19, de 6 de junho de 1991;
- nº 8, de 17 de março de 1993;
- nº 31, de 9 de junho de 1993;
- nº 32, de 8 de junho de 1993;
- nº 2, de 09 de janeiro de 1994;
- nº 3, de 28 de janeiro de 1994;
- nº 45, de 12 de dezembro de 1994;
- nº 46, de 12 de dezembro de 1994;
- nº 2, de 9 de janeiro de 1996;
- nº 3, de 9 de janeiro de 1996;
- nº 17, de 26 de setembro de 1997;
- nº 18, 23 de outubro de 1997;
- nº 1, de 5 de fevereiro de 1998;
- nº 4, de 10 de julho de 1998;
- nº 11, de 3 de setembro de 1998;
- nº 12, de 10 de setembro de 1998;
- nº 13, de 25 de setembro de 1998;
- nº 38, de 10 de dezembro de 1998;
- nº 28, de 8 de março de 1999;

nº 3, de 15 de janeiro de 1999;
nº 1, de 7 de janeiro de 2000;
nº 16, de 22 de março de 2000;
nº 58, de 28 de agosto de 2000;
nº 59, de 15 de setembro de 2000;
nº 7, de 23 de janeiro de 2001;
nº 29, de 30 de maio de 2001;
nº 57, de 20 de dezembro de 2001;
nº 12, de 21 de fevereiro de 2002;
nº 19, de 18 de março de 2002;
nº 20, de 18 de março de 2002;
nº 24, de 23 de abril de 2002;
nº 59, de 21 de novembro de 2002;
nº 60, de 26 de novembro de 2002;
nº 65, de 27 de dezembro de 2002;
nº 3, de 3 de abril de 2003;
nº 10, de 27 de agosto de 2003;
nº 14, de 27 de novembro de 2003;
nº 11, de 22 de julho de 2004;
nº 15, de 19 de agosto de 2004;
nº 17, de 27 de setembro de 2004;
nº 15, de 31 de maio de 2005;
nº 34, de 15 de julho de 2005;
nº 11, de 10 de fevereiro de 2006;
nº 15, de 2 de março de 2006;
nº 82, de 16 de novembro de 2006;
nº 88, de 27 de dezembro de 2006;
nº 1, de 16 de janeiro de 2007;
nº 2, de 19 de janeiro de 2007;
nº 28, de 29 de maio de 2007;
nº 30, de 05 de junho de 2007;
nº 15, de 06 de março de 2008;
nº 58, de 30 de junho de 2008;
nº 59, de 30 de junho de 2008;
nº 72, de 30 de julho de 2008;
nº 101, de 29 de outubro de 2008;
nº 133, de 28 de maio de 2009;
nº 147, de 3 de junho de 2009;
nº 251, de 21 de julho de 2009;
nº 288, de 5 de agosto de 2009;
nº 660, de 18 de dezembro de 2009;

nº 227, de 30 de março de 2010;
nº 279, de 14 de abril de 2010;
nº 313, de 29 de abril de 2010;
nº 393, de 05 de julho de 2010;
nº 468, de 03 de agosto de 2010;
nº 470, de 3 de agosto de 2010;
nº 870, de 26 de outubro de 2010;
nº 1.164, de 15 de dezembro de 2010;
nº 281, de 17 de março de 2011;
nº 340, de 29 de março de 2011;
nº 429, de 2 de maio de 2011;
nº 467, de 20 de maio de 2011;
nº 494, de 2 de junho de 2011;
nº 570, de 27 de junho de 2011;
nº 604, de 12 de julho de 2011;
nº 632, de 3 de agosto de 2011;
nº 641, de 3 de agosto de 2011;
nº 697, de 29 de agosto de 2011;
nº 807, de 11 de outubro de 2011;
nº 861, de 20 de outubro de 2011;
nº 862, de 24 de outubro de 2011;
nº 984, de 24 de novembro de 2011;
nº 902, de 8 de novembro de 2011;
nº 85, de 25 de janeiro de 2012;
nº 320, de 21 de junho de 2012;
nº 322, de 27 de junho de 2012;
nº 31, de 30 de janeiro de 2013;
nº 53, de 13 de fevereiro de 2013;
nº 85, de 27 de março de 2013;
nº 150, de 19 de junho de 2013;
nº 172, de 13 de agosto de 2013;
nº 231, de 05 de dezembro de 2013;
nº 38, de 1º de abril de 2014;
nº 99, de 10 de julho de 2014;
nº 115, de 05 de agosto de 2014;
nº 6, de 28 de janeiro de 2015;
nº 270, de 30 de dezembro de 2015;
nº 70, de 20 de julho de 2015;
nº 117, de 14 de agosto de 2015;
nº 55, de 11 de março de 2016;
nº 64, de 24 de março de 2016;

nº 65, de 24 de março de 2016;
nº 132, de 30 de junho de 2016;
nº 223, de 18 de novembro de 2016;
nº 229, de 1 de dezembro de 2016;
nº 49, de 03 de abril de 2017;
nº 139, de 29 de junho de 2017;
nº 149, de 26 de julho de 2017;
nº 150, de 26 de julho de 2017;
nº 160, de 26 de julho de 2017;
nº 167, de 31 de julho de 2017;
nº 178, de 21 de agosto de 2017;
nº 196, de 28 de setembro de 2017;
nº 3, de 10 de janeiro de 2018;
nº 19, de 19 de fevereiro de 2018;
nº 38, de 28 de fevereiro de 2018;
nº 49, de 8 de março de 2018;
nº 505, de 6 de setembro de 2018;
nº 53, de 27 de março de 2018;
nº 2.911, de 2 de julho de 2019.
nº 681, de 12 de março de 2020; e
nº 2.145, de 23 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de abril de 2022.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.